



ARGUIÇÃO DE TESE

“CONHECER, FLUSSER”¹

Defesa de doutorado de Rafael Miguel Alonso Jr.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Capela.

Sessão ocorrida em 29 de novembro de 2018, às 14h, UFSC.

PALAVRAS-CHAVE: Vilém Flusser, Rafael Miguel Alonso Jr., Teoria Literária

GIORGI, Artur de Vargas²

Em um ensaio de 1994 intitulado *Monstros*, José Gil busca compreender a função da monstruosidade, desde os fins da Idade Média até o princípio do século XVII. Uma das perguntas que movem o autor – pergunta flusseriana, eu arriscaria dizer, se destacamos seu efeito especular – é a seguinte: “o que é que se pensa quando se pensa na monstruosidade?” Na Renascença – esse marco tão destacado, igualmente, nas preocupações de Flusser – a monstruosidade sofre uma grande transformação, diz José Gil: o interesse pelos monstros teratológicos se impõe, diminuindo a atenção sobre os monstros fabulosos. Isto é, trata-se de um interesse, hoje bem entendido, que situa o monstro no limite do domínio humano, como uma espécie de limite interno da humanidade do homem, e não fora ou além dele. Entendo que as hesitações de Pero Vaz de Caminha, de Magalhães Gândavo e de outros conquistadores a respeito da bestialidade ou da

¹ Tese disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/205429>>

² Doutor em Literatura (UFSC/CNPq). Professor Adjunto de Teoria Literária da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Brasil. E-mail: <artur.giorgi@ufsc.br>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-0942-2595>>.

humanidade dos ameríndios, que desde os primeiros contatos mimetizavam, mas com a alma inconstante, os ritos europeus, penso que suas hesitações giram em torno desse limite, seguidamente enfrentado no curso de nossos ocidentais reforços identitários. Diante, quem sabe, de animais ou bestas, que não obstante emulam – e assim esvaziam – os gestos da civilização, podemos dizer que é, seguindo as palavras de José Gil, “o próprio corpo do homem que muda, assim como a sua representação e o seu modo de viver o espaço e o tempo”.

Gostaria de me deter por um momento mais nas considerações do autor, fazendo referência ao capítulo que se chama “Pequena fenomenologia da monstruosidade”. Aí, José Gil parte da etimologia. Cito: “Existe uma tendência muito difundida nos autores que trataram da etimologia da palavra ‘monstro’ em associá-la com *monstrare* e a traduzir este verbo por ‘mostrar’, até mesmo ‘por indicar com o olhar’. Etimologicamente, contudo – diz José Gil – *monstrare* significa muito menos ‘mostrar’ um objeto do que ‘ensinar um determinado comportamento, prescrever a via a seguir”.

Para o que está em jogo aqui, e na tese, esse último sentido parece ser dos mais interessantes. Na verdade, é já uma indicação, que faz recuar o problema do monstro até nossa origem, ou melhor, até a fundação ausente do que somos e não somos, na medida em que faz referência ao célebre vocabulário das instituições indo-européias de Benveniste. Trata-se da seguinte citação, agora em nota de rodapé: “Se, portanto, de *monstrare* chegarmos a *monstrum* para encontrar o sentido literal, suprimido pela religião, verificamos que *monstrum* deve ser entendido como um conselho”. Para resumir, em termos flusserianos, poderíamos dizer que, na origem, o monstro é sempre contemporâneo de uma articulação linguística do comportamento e do pensamento; como afirma a tese, através dele é possível informar um método, um modelo. Sendo a prescrição de uma via a seguir, um conselho situado no limite ou como limite do homem, o monstro é, por isso mesmo, o lugar da crise e o lugar da crítica, ao mesmo tempo.

Sem dúvida, esse modelo crítico não rechaça, terminantemente, os modelos hegemônicos, ao menos desde a modernidade, para o que se entende por arte e ciência. Trata-se, mais precisamente, como também salienta a tese, do efeito disruptivo que a monstruosidade causa em tais modelos, desestabilizando os saberes e poderes instituídos na modernidade e abrindo, talvez, outras vias para o pensamento da faculdade mimética da linguagem. Pouco antes da publicação de *Língua e Realidade* e *A história do Diabo*, Roger Caillois foi certo ao discorrer sobre a importância cultural dos jogos de azar na América Latina, dando destaque, justamente, ao “*jogo do bicho*”, que como sabemos é praticado à larga no Brasil, mesmo sendo considerado, muitas vezes, uma forma de pecado ou vício, ou seja, uma tentação diabólica que leva ao dispêndio ou



à improdutividade. A proposta de Caillois é precisa; segundo ele, os jogos de azar seriam “capazes de fornecer o modelo de uma representação do mundo ou de ordenar, mesmo às cegas, uma espécie de embrionário saber enciclopédico”.

Em uma palavra: *Vampyroteuthis Infernalis*, esse mundo codificado, modelo que dá potência a um saber enciclopédico; pois, de certa forma, com Flusser, a estratégia da tese parece ser a de investir num assédio lúdico, erótico e estético, diante do siso da autonomia. Ou seja, diante do que a tese chama de “pensamento da separação”, vale dizer, diante dos modelos ocidentais que estipulam reiteradamente a exclusão – uma coisa “ou” outra –, opta-se por contagiá-los com a promiscuidade informe do “e”: com Flusser, de fato, trata-se de ficção e filosofia e biologia e política e economia etc. Nesse sentido, em 1930, no notável texto “Os desvios da natureza”, também publicado em *Documents*, Bataille já afirmava:

Pouco importa, com efeito, que os biólogos consigam fazer com que os monstros entrem em categorias, assim como fazem com as espécies. Eles não deixam por isso de constituir positivamente anomalias e contradições.

Bataille ressalta o efeito produzido pelos monstros: um mal-estar, obscuramente ligado a uma sedução profunda. Mas a questão central nessa relação de atração e repulsa, para Bataille, reside no fato de que tal incongruência é elementar e constante, estando presente, em algum grau, em qualquer indivíduo. A beleza relacionada à simetria, ao equilíbrio, à depuração geométrica e regular das formas – isso seria o resultado de imagens compósitas, apenas, imagens que, alcançando uma espécie de mínimo no múltiplo comum, em razão de uma síntese técnica, dariam alguma medida de realidade à ideia platônica; porque, ao contrário, ou seja, isoladamente, diz Bataille, “cada forma individual escapa a essa medida comum e, em certo grau, é um monstro”. Frente ao *nomos* da globalização, a *anomalia* do singular.

Gostaria de salientar que isso tudo *é* ou *está* na tese, ainda que agora se mostre como efeito de leitura e suplementação. Em outras palavras: o modelo que a tese propõe parece pressupor a proliferação de sua própria biblioteca fantasma, e acatar esse pretexto para a proliferação de imagens ausentes é – acredito eu – render-lhe, desde já, um mais que devido elogio. Em suma, apenas reforço o artifício.

Aliás, aos poucos foi ganhando contorno o modo como a tese constrói os argumentos. Eu diria que há dois principais movimentos para isso. Primeiro, é preciso, em alguns trechos, valer-se da exposição, muitas vezes na forma narrativa, para que sejam bem apresentados contextos,



relações, autores, publicações, até conceitos etc. Nesses trechos, haveria um predomínio da fluidez assertiva, sem peso; fluidez valorizada pelos períodos curtos, pela sintaxe direta, a supressão das citações; fluidez reforçada, inclusive, com o uso de expressões e termos nada acadêmicos – e isso sem prejuízo algum para o texto, a meu ver. Agora, um segundo movimento seria caracterizado com os trechos em que as ideias entram em pugna e a aposta argumentativa deve fazer valer o seu jogo. Nestes trechos, então, o texto adquire outra cadência, que é marcada por uma construção recorrente, produtora de inegável efeito, e que se vale, sobretudo, do campo relacional entre dois termos: “não” e “mas” (com suas variantes, é claro). Ou seja, trata-se de argumentar de maneira que primeiro seja dito o que se recusa, o que deve ser negado (“não isso”), para que na sequência possa ser afirmado ou reivindicado o que se propõe (“mas sim aquilo”). Como disse, a estrutura é recorrente: vou à página 38, por exemplo; e à página 47; e à página 99, e à 144...

Tal estrutura – que pode ser flagrada nas páginas de Flusser, por certo (p. 156) – assume, portanto, uma dinâmica dialética, ao menos na medida em que o negado *não* é simplesmente apagado ou eliminado, *mas sim* pervive ao servir como elemento fundamental para a sua própria superação. Nesse sentido, estruturante do modelo é a *relação* entre o “não” e o “sim”, relação em que a afirmativa parece conservar e principalmente se fortalecer com a negativa. Em outras palavras: trata-se, a meu ver, de um texto que encontra a potência do seu argumento no mimetismo do gesto antropofágico. E é muito significativo o termo “mas” para o funcionamento dessa máquina. Isso porque entendo que sua função, aqui, não é de fato meramente adversativa. Quer dizer, escutamos a força do “mais” nesse “mas”: seu sentido aditivo. Algo que, longe de constituir uma atribuição errônea ou agramatical, confirma a etimologia da palavra, se tomada a partir do registro do latim vulgar *magis*. Com efeito, encontramos no canônico dicionário etimológico de Joan Corominas a seguinte anotação, que contempla as derivas tanto do castelhano como do português. Cito:

Com o valor de conjunção adversativa, *magis* apareceu já no latim vulgar, onde primitivamente servia para agregar uma circunstância nova, com o valor de “há mais”, “é mais”, e depois passou a ser empregado como fato alegado em oposição ao anterior.



Na tese, enfim, o uso argumentativo do “não” e do “mas” reforça *flusserianamente* o sentido daquele “e” a que já me referi. Se “O nome do pai” vira “o não do pai”, como sabemos, é para assim poder ser mais, haver mais – desejo, significantes, imagens, sentidos...

Finalmente, se for para registrar alguma suspeita, ela recairia sobre certas simplificações. A primeira com relação a conceitos que logo no início da tese são descartados. *Inoperância*, *desobra* e *profanação* são considerados conceitos-clichê, moda *prêt-à-porter* para acadêmicos que se valem desses conceitos como propostas mais destrutivas do que, propriamente, desconstrutivas, e que ainda assim giram no vazio da produtividade. Compreendo a relutância em acatá-los prontamente, como se fossem tributos que devemos obrigatoriamente pagar, mas penso, também, que esses conceitos podem ser mais ambivalentes e propositivos do que a tese assinala, e que assim, na verdade, não se distanciam muito do próprio modelo que critica o funcionamento da máquina desde dentro. Já a segunda suspeita seria com relação às poucas linhas que cristalizam o concretismo e, mais ainda, a figura de Leminski como “entusiasta da poesia concreta” (p. 128). Seria interessante matizá-lo, e quem sabe destacar, por exemplo, as reservas que o poeta manifestou sobre o desenvolvimento das premissas do Plano-piloto, assim como seus gestos de mascaramento com a palavra e a imagem, e de ironia com nossa tradição ocidental.

E uma penúltima palavra, talvez; e enfim, quase uma pergunta. O prólogo é claro no horizonte teórico que valida para ser pensado com Flusser: “o principal pressuposto [...] pós-estruturalista”, diz a tese, a saber: “o centro está vazio, e o conhecedor objetivo não merece mais crédito” (p. 14). Em horizonte amplo, pensamos em Derrida, Blanchot, Lacan, Deleuze e nas diversas estratégias aporéticas que visam a abalar a metafísica da presença com os conceitos herdados, justamente, da própria metafísica. Sem dúvida pensamos em Barthes, autor que para articular o neutro da escritura chegou a afirmar, por exemplo, que a língua é fascista, na medida em que nos impõe seu paradigma. Mas aqui penso principalmente em Foucault e no que aparece em muitos de seus estudos como a “recusa dos universais”. Não o Estado, o Poder, a Soberania, o Povo, a Loucura – mas sim as condições de possibilidade de práticas concretas com as quais podemos pensar as histórias desses acontecimentos. Pois bem, o último dos universais, antes de a linguagem se deslocar como ausência na vertigem do centro vazio, o último dos universais criticado por Foucault é o homem, invenção recente que, no entanto, como um rosto na areia da praia, pode vir a desaparecer na história, se o mesmo acontecer com a epistemologia que lhe dá sustentação. A esse respeito, estou certo de que Flusser contribuiu com o apagamento do homem como *princípio propositivo*; mas fico pensando até onde ele teria efetivamente

contribuído com o apagamento do homem como *fim*. Quer dizer, eu lhe pergunto, eu me pergunto se, tendo superado o princípio antropológico, Flusser também teria avançado para um modelo que seria mesmo não-antrópico, ou pós-antrópico, no qual o homem deixaria de ser a justificativa *final* de toda especulação crítica; ou se, de outro modo, mesmo o mais criativo e desconstrutor dos monstros flusserianos ainda não estaria colocado, especularmente, como uma espécie de limite interno da humanidade do homem.

REFERÊNCIAS

- ALONSO JÚNIOR, Rafael Miguel. *Conhecer, Flusser*. 2018. 265 f. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Literatura, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Orientação: Carlos Eduardo S. Capela. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/205429?show=full>>. Acesso em: 01 fev. 2024.
- BATAILLE, Georges. “Os desvios da natureza”. In: *Documents*, ano 2, nº 2, 1930. Trad. João Camillo Penna e Marcelo Jacques de Moraes. Desterro: Cultura e Barbárie, 2018.
- BENVENISTE, Émile. *Vocabulario de las instituciones indoeuropeas*. Trad. Mauro Armiño. Madrid: Taurus, 1983.
- CAILLOIS, Roger. *El mito y el hombre*. Trad. Ricardo Baeza. Buenos Aires: Sur, 1939.
- COROMINAS, Joan; PASCUAL, José A. *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*. Tomos I-VI. Madrid: Gredos, 1980.
- GIL, José. *Monstros*. 2ª edição. Trad. José Luís Luna. Lisboa: Relógio D’Água, 2006.